



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

6ª ATA INTERNA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2022 - PMM

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de 2023, às 08h00min, na sala de reunião da comissão permanente de licitação, reuniu-se sob a coordenação da Pregoeira FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS, presencialmente os membros: Luciana dos Santos Silva Duarte, Thatia Corrêa Schmildt, , Marcos Assumpção Andrade, Gustavo Luiz Santana de Araújo, Juliana Lopes da Silva Carvalho; Juan Maranhão da Silva, Maria Lúcia Cardoso Travassos, Jonathan Oliveira Rocha, Barbara Costa Oliveira e Djalma Alves da Silva para proceder à análise documental relativa ao Pregão Presencial n.º 21/2022 - PMM, autorizado no presente processo, pela lavra do Ordenador de Despesa. Considerando o apontamento levantado na última sessão indicando que a CCT utilizada pela empresa **ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA** somente poderia ser usado para instituição de ensino foi realizada diligência indagando os seguintes pontos: 1- A CCT apresentada pode ser utilizada por empresa em processos de terceirização de serviços, sem acordo coletivo firmado com o sindicato? 2- Não localizamos a função Auxiliar de Almoxarife na CCT supracitada. Há abrangência para esse cargo na mesma? O Sindicato dos Aux. Adm. Escolar do Estado RJ – SAAERJ, encaminhou a seguinte resposta:

“ A empresa, mencionada no requerimento anexo, não possui Acordo Coletivo firmado com o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Rio de Janeiro, e não é legalmente autorizada a utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho firmada com o SINEPE-RJ (RJ001772/2022), tendo em vista que este Sindicato Patronal não represente a categoria econômica/empresarial dessas empresas. Sendo assim, por se tratar de uma prestação de serviços em escolas PÚBLICAS, não cabe a utilização desta Convenção Coletiva apresentada para os trabalhadores da Espaço Serviços Especializados LTDA. inscrita no CNPJ nº 06.159.080/0001-09, pois o Sindicato da categoria Econômica (patronal) não representa a Empresa citada, tão pouco as escolas pertencentes ao Poder Público Municipal, conforme seu registro no CNES (Cadastro Nacional das Entidades Sindicais), fazendo-se necessária, para os trabalhadores representados pelo SAAE-RJ (sindicato laboral), a apresentação de Acordo Coletivo de Trabalho, firmado pela empresa diretamente com o Sindicato Laboral, conforme preceitua nossa Legislação Constitucional e Trabalhista. O acordo coletivo de trabalho é um documento que dá validade jurídica a uma negociação entre uma empresa e um sindicato. A partir da conclusão do acordo coletivo de trabalho, as regras estabelecidas passam a se tornar a lei vigente entre as partes, substituindo as regras padrão ou

criando normas em questões duvidosas. A reforma trabalhista aprofundou ainda mais o valor e a segurança jurídica de regras previstas em instrumentos coletivos. A CLT prevê o acordo coletivo no parágrafo primeiro do seu artigo 611. Diferentemente da convenção coletiva, que vale para a categoria toda de uma Categoria Econômica, no caso dos acordos, teremos a validade apenas para empregados de empresas participantes da negociação''. Por tanto, considerando todas as informações obtidas, a empresa **ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA** não teve sua proposta aceita e consequentemente passa a condição de inabilitada. Diante do exposto, será aberto em sessão a documentação da empresa **DE SÁ SERVIÇOS LTDA**. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão e, para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de apoio.

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira

Maricá, 13 de janeiro de 2022.

Membros Da Equipe De Apoio	
Cristiane Garcia do Nascimento	Gustavo Luiz Santana de Araújo
Barbara Costa Oliveira	Maria Lúcia Cardoso Travassos
Luciana dos Santos Silva Duarte	Juan Maranhão da Silva
Thatia Corrêa Schmildt	Juliana Lopes da Silva Carvalho
Marcos Assumpção Andrade	Jonathan Oliveira Rocha
Djalma Alves da Silva	

